

A POLÍTICA DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA E EM RONDÔNIA E AS DIVERSAS FORMAS DE SE PENSAR ESTA REGIÃO SOB OS VIÉS POLÍTICO E ECONÔMICO

Maria Aparecida da Silvaⁱ

Odete Burgeileⁱⁱ

Resumo: Este artigo propõe-se a discorrer sobre a migração para a Amazônia, de modo particular o Estado de Rondônia, a partir das discussões propostas por autores que abordam esta temática. Como Rondônia está situada na Amazônia, um mosaico de culturas, pesquisas de todos os gêneros podem proporcionar uma compreensão aproximada de sua variadíssima composição cultural tendo em vista os diversos grupos que ocuparam e vêm utilizando-se deste espaço respondendo a necessidade econômica, política e social. Isso é nítido desde a presença dos primeiros grupos indígenas há mais de cinco mil anos, a chegada dos europeus, a construção do Real Forte Príncipe da Beira, das Linhas Telegráficas de Rondon, a descoberta da cassiterita e do ouro; a construção da BR 364 e os Projetos de Colonização na Amazônia. Todos eles proporcionaram os Movimentos Migratórios com objetivos diversos em relação aos interesses relacionados à mudança de vida, questões econômicas e sociais em espaços geográficos distintos da Amazônia.

Palavras-chave: migração, projetos de colonização, identidade, composição cultural.

Abstract: This article is about the migration to Amazônia, specifically in the state of Rondônia, from the discussions of authors that approach this theme. As Rondônia is situated in Amazônia, a cultural mosaic, researches of all genders can provide an approximated comprehension about its various cultural composition considering the different groups that occupied and had used this space answering the economic, political and social necessity. This is clear since the presence of the first indigenous groups more than five thousand years ago, the arrival of Europeans, the building of Real Forte Príncipe da Beira, the Rondon Telegraphic Lines, the discovery of cassiterite and gold, the building of BR 364 and the Projects of Colonization in Amazonia. All of them provided the Migratory Movements with various objectives in relation to interests concerned to the changing of life, economical and social questions in distinct geographic spaces of Amazonia.

Keywords: migration, colonization projects, identity, cultural composition.

INTRODUÇÃO

O texto traz uma descrição e análise de dados bibliográficos que proporcionaram o estudo em questão que tem como eixo central o contexto

migratório para a Amazônia, fazendo um recorte desta situação no Estado de Rondônia, refletindo uma realidade vivenciada por milhares de migrantes em todo o território rondoniano, que vieram para esta terra fronteiriça em diferentes momentos históricos da colonização da região tendo a mídia e o estado como interlocutores da reprodução social e cultural do âmbito nacional até o regional, considerando que a cultura expressa na região é tida como uma sociedade líquida moderna (Bauman, 2007, p. 07).

De acordo com Bauman (2007, p. 07) este tipo de sociedade expressa as “condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir.”

A contextualização desse tipo de sociedade na Amazônia e seu processo histórico são de fundamental importância dada à complexidade desta realidade. Por outro lado, são inúmeros os traços culturais e sociais trazidos por dezenas, centenas e milhares de migrantes ao longo dos tempos que ainda estão no anonimato e que pouco a pouco vem proporcionando estudos das relações sociais e integrando-as as manifestações culturais regionais e sendo registrado por parte de pesquisadores que vêm organizando uma História da sociedade amazônica que segundo Hall (2002) é composta por sujeitos que não têm uma identidade fixa, ou seja, que vem proporcionando o surgir de novas identidades em decorrência das formas de como estão organizadas.

Enfim, o objetivo deste trabalho é discorrer sobre a migração para a região contextualizada priorizando o prisma governamental que sempre a visualizou como solução de problemas imediatos do governo federal em relação à questão da terra e das lutas sociais em prol da reforma agrária a partir dos movimentos sociais que mobilizaram e continuam a intervir na realidade em que estão inseridos.

O artigo está estruturado a partir dos resultados obtidos na pesquisa bibliográfica e documental cujas informações expressam em parte as causas e as consequências dos projetos de colonização para a Amazônia/Rondônia e os interesses estatais envolvidos no processo como um todo. Neste caso o trabalho se divide em: Os Projetos de Colonização na Amazônia e o Movimento Migratório para Rondônia.

1 A POLÍTICA DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PARA A AMAZÔNIA

O processo migratório em direção a Amazônia nacional teve início quando deu-se a busca pelas drogas do sertão, a construção da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade e do Real Forte Príncipe da Beira, a extração da borracha e junto a ela a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré na Amazônia brasileira, estimulados por artifícios construídos a partir do imaginário europeu em relação à Amazônia, incluindo-a na visão de Godim (1994, p. 10) como 'fornecedora de produtos naturais'.

Deste modo, a Amazônia garantiu a manutenção de matérias-primas e seu envio às indústrias das grandes potências econômicas e industrializadas entre os séculos XVIII-XIX. Forças 'naturais', sociais, políticas e econômicas trouxe para esta região inóspita, aventureiros por meio das comissões científicas e posteriormente milhares de nordestinos que veem na Amazônia uma possibilidade de mudança de vida.

Becker (1997) ressalta que o povoamento da Amazônia deu-se por meio de surtos devassadores, resumindo assim os ciclos e seus respectivos períodos: as drogas do sertão nos Sécs. XVII–XVIII; “ciclo da borracha” no séc. XIX; a agropecuária e mineração no Séc. XX entre as décadas de 1920–1930 e na década de 1970 a migração intensa em nome do estado, justificando que era necessário diminuir a exclusão social, econômica e política que ocorria no Brasil.

Muitos pesquisadores das mais diferentes áreas buscam compreender o comportamento dos migrantes, os diversos interesses destes e as intenções existentes da máquina governamental. Diante desta constatação vale ressaltar a saga destes migrantes que contribuíram no processo da formação histórica da Amazônia uma vez que eles vieram trabalhar para sustentar uma hierarquia econômica e política em diversos períodos da história brasileira.

Para Amaral (2001, p. 77) a colonização do Brasil contemporâneo vem “produzindo uma grande massa de excluídos que chegaram à procura de terra”, isto é a Amazônia é o caminho na tentativa de solucionar os problemas que assolavam o país num todo, e neste caso a região ora mencionada é resultado concreto da união de milhares destes contingentes migratórios.

No entanto, isso ocorre sob visões simplificadoras sobre a Amazônia por parte do governo federal, que estrategicamente ocupa esta região tentando alcançar tais objetivos: viabilizar e subsidiar a ocupação de terras, bem como implantar redes de integração espacial – rede rodoviária transamazônica e outras rodovias.

Deste modo intensifica-se a estratégia política estipulada, “Integrar para não entregar” o governo brasileiro usa os meios de comunicação social, manobrando os grandes conflitos nos grandes centros urbanos e também no campo, articulando uma política de ocupação da Amazônia baseando-se em Projetos que visavam controlar e acelerar o processo de distribuição de terras na Amazônia e concomitantemente os conglomerados econômicos que Amaral (2007, p. 55) assim menciona “Borracha, colonização e eixos rodoviários, pecuária, hidroelétricos, mineração, madeireiros, incentivos fiscais e siderúrgicos: tendo seus beneficiados, excluídos e as mais diversas consequências”.

Entretanto, não houve um estudo para analisar a viabilidade sustentável destes projetos e a título de conhecer as potencialidades do solo para fins agrícolas e pecuários, por exemplo. Viu-se em toda a Amazônia uma ocupação sem nenhum tipo de controle estatal e havia a sensação de caos a partir do ‘caos’ estruturado. Amaral (2004, p.67) ressalta que “O Estado surge, então, como acentuador e magnificador das contradições sociais, na verdade produz um espaço urbano de populações extremamente empobrecidas e efetivamente não consegue estruturar o espaço rural.”

Através destes projetos houve a distribuição de lotes de terras aos ‘primeiros’ colonizadores, contingente migracional de diversas regiões do Brasil que vieram para Amazônia almejando realizar sonhos, seja em busca de terra ou de ouro. É possível compreender isso com Martins & Vanalli (1994, p. 43-61), que afirmam: “estes camponeses ou desempregados, vão se instalando nas terras do oeste e Norte como posseiros. A esperança de melhoria de vida arrastou milhares de migrantes para esse eldorado brasileiro” oficializando a integração desta região às demais ao Centro–Sul do país”.

Isto significa que a construção do imaginário sobre a Amazônia num todo se deu em função da degradação, trabalho e produção nas regiões que atendiam aos interesses do capitalismo autoritário que impulsionou a migração dirigida ou não em direção à Região Norte.

Os Projetos de Colonização para a Amazônia ocorrem exatamente no auge dos governos militares no Brasil. A preocupação estava vinculada à segurança nacional, projetos de modernização nacional além do controle social e para este propósito era fundamental apresentar ao mundo das multinacionais que o Brasil era

um lugar seguro para seus investimentos e para tanto esvaziar os centros urbanos era uma urgência.

Muito mais que um controle social, Ortiz (1991, p. 117) menciona que “Os cientistas políticos têm insistido que o golpe militar não é simplesmente uma manifestação militar, ele expressa autoritariamente uma via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.” Sendo assim, os Projetos de Colonização para a Amazônia surgiram para abrir as portas ao capitalismo multinacional sem fazer um levantamento da realidade das comunidades existentes na região.

Estes Projetos: SUDAM–SUDENE – BASA– PIN – PROTERRA – INCRA – I e II PND da Amazônia; POLOAMAZONIA–POLONOROESTE– NUARs-PLANAFLORO - PROJETO CALHA NORTE foram pensados em gabinetes e reproduzidos pelos meios de comunicação social e assegurando a produção da nova fronteira agrícola, subsidiada pelos produtos industrializados no Centro–Sul, mantendo o poderio econômico da região. Um exemplo clássico é a produção de Fronteira na Zona Franca de Manaus supervisionada pela SUFRAMA, símbolo de urbanização na Amazônia, a qual origina - se como parte da estratégia da “Operação Amazônica”, no sentido de ocupar demograficamente, urbanizar e garantir a segurança nacional neste espaço geográfico.

Darcy Ribeiro (1994, p. 198) lembra que “nenhuma cidade brasileira estava em condições de receber esse contingente espantoso de população”. Deste modo, pensar em uma válvula de escape ajudaria o governo no sentido de minimizar os movimentos sociais em prol da moradia, emprego e outras políticas públicas cabíveis à população. Temendo tais reações, o governo brasileiro “oferece” terras nestes “rincões” a quem não tinha nada a perder.

Junto com a terra o governo promete um pacote completo por meio do qual concederia a infraestrutura tais como hospitais, escolas, saneamento básico, estradas, apoio técnico. Promessas que, de acordo com depoimentos dos migrantes na prática não existiram. Becker (1990, p. 106-107) afirma que “a estratégia do Estado é poderosa. Induz a migração, oferece poucos recursos aos migrantes e se omite na defesa de seus investimentos”.

Esta realidade foi algo comum. A teoria produzida em gabinetes ficou no papel. A infra–estrutura, uma promessa feita aos migrantes jamais chegou a quem de fato necessitava. Nem sequer estradas foram implantadas, ou seja, a intensa propaganda midiática do governo federal à política de migração, segundo Ortiz

(1991, p.114), “um elemento político embutido no produto veiculado” na mídia, direcionada à Amazônia, neste caso Rondônia, a não solucionar os gargalos brasileiros, entre os quais a reforma agrária, o êxodo rural e os conflitos urbanos em virtude do inchamento das grandes cidades do Sul e Sudeste brasileiro sequer proporcionaram condições para que o migrante pudesse se instalar dignamente nas terras aqui distribuídas.

O objetivo do governo federal, isto é, nacional era promover a ‘integração nacional’. Ortiz (1991, p.118) destaca que:

Uma vez que a sociedade é formada por partes diferenciadas, é necessário pensar uma instância que integre, a partir do centro, a diversidade social. De uma certa forma, o que a Ideologia da Segurança da Segurança Nacional se propõe é substituir o papel que as religiões desempenham nas ‘sociedades tradicionais’. Procura-se garantir a integridade da nação na base de um discurso repressivo que elimina as disfunções, isto é, as práticas dissidentes, organizando-as em torno de objetivos pressupostos como comuns e desejados por todos.

Entretanto, as medidas governamentais foram paliativas, imediatistas e assistencialistas deixando de cumprir seu papel que além de conciliador deveria ser eficaz em favor da população excluída do sistema agrário brasileiro.

Há de se considerar que em todos os contingentes de migração a diversidade cultural que perpassa a questão étnica, religiosa, de gênero, classes sociais e culturais justamente por se repetir os vários “brasis” em qualquer região veio acolher a milhares de pessoas migrantes, neste caso Rondônia. Tendo em vista tais aspectos, a migração geralmente provoca rupturas no processo de organização formal no que consistem os aspectos sociais, econômicos, religiosos, políticos e culturais resultantes dos Projetos de Colonização na Amazônia e o Movimento Migratório para Rondônia em busca de uma identidade cultural defendida por Hall (2002).

2 HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO PARA O TERRITÓRIO RONDONIENSE: PROTEGER A FRONTEIRA OU OS INTERESSES ECONÔMICOS?

Rondônia ainda não era assim denominada quando se deu a ocupação deste espaço geográfico em função dos interesses do Estado português nestas fronteiras com a construção da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do

Mato Grosso, ao qual pertencia boa parte das terras rondonienses para onde migraram ricas famílias proprietárias de jazidas de ouro.

Para atender seus interesses trouxeram negros escravos para trabalhar extraindo as riquezas naturais e mantendo a agricultura de subsistência, garantindo a manutenção da sociedade local institucionalizada. Com a estruturação da cidade foi possível, no Século XVIII a construção de um forte militar, o Real Forte Príncipe da Beira localizado às margens do Rio Mamoré, na região onde se localiza o município de Costa Marques, atualmente.

O objetivo era consolidar a posse lusitana sobre estas terras. Posteriormente a extração da borracha entre o final do Século XIX e meados do Século XX proporcionou a construção da E.F.M.M – Estrada de Ferro Madeira Mamoré trazendo à região de Porto Velho milhares de migrantes nordestinos e imigrantes de diversas nacionalidades para trabalhar na construção da ferrovia. Outro momento que garantiu um fluxo populacional foi a construção das Linhas Telegráficas, tendo como objetivo integrar os estados do Mato Grosso e Amazonas aos demais estados brasileiros via linhas de comunicação como a própria obra coordenada por Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, indicava.

Ao mesmo tempo em que tais construções foram efetivadas, a economia da borracha garantiu que originasse dois polos urbanos: Porto Velho e Guajará-Mirim e conseqüentemente a selva se modernizou.

É a partir deste conjunto de situações que aumenta o propósito de ‘proteger’ e definir territorialmente a região, criando assim o Território Federal do Guaporé em 1943 e em 1956 em homenagem a presença e atuação política de Marechal Mariano da Silva Rondon, passou a ser chamado pelo nome de Rondônia, estabelecendo deste modo a fronteira territorial brasileira, símbolo de representação que segundo Hall (2002) compõe a cultura nacional apesar de que isso nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica haja vista que as culturas nacionais são comunidades imaginárias. E por fazer parte desta cultura nacional, compreende-se que a migração para Rondônia é resultado dos interesses políticos e econômicos.

E como não poderia deixar de ser, vale ressaltar que após a Segunda Guerra Mundial, com o declínio da economia gomífera e ruptura dos financiamentos federais para a região, entre 1948 e 1960, houve a necessidade de incrementar outras técnicas que garantiria permanência das pessoas que vieram trabalhar na extração

da borracha. Incentivados pelo governo seguiram a prática da agricultura de subsistência de modo tradicional por meio das colônias agrícolas em Rondônia nas quais se desenvolveu a relação com a terra por intermédio da coleta, da extração e do cultivo.

Entretanto, as primeiras jazidas de ouro e cassiterita encontradas em solo impulsionaram em 1950 a abertura da BR 364, e contribuíram para o enfraquecimento da ação das Colônias Agrícolas, pois, os garimpos de cassiterita em seu ápice concentravam milhares de pessoas que viam nele a possibilidade de ficar ricos. É exatamente a propaganda midiática na televisão, jornais e revistas, principalmente a Revista Veja sobre a existência dos garimpos em Rondônia um dos motivos que fomentou o fluxo migratório nas décadas de 1960–1970–1980, pressionando a atuação do Governo Federal por meio da colonização oficial, promovendo o Programa “Operação Amazônia”.

Dentro deste programa a ‘distribuição controlada da terra’ seguiu o planejamento do governo federal que por meio do INCRA utilizou os projetos que poderiam auxiliar na efetivação de uma contrarreforma agrária como indicam dados de Perdigão e Bassegio (1992) em que o governo continuou a serviço das empresas particulares brasileiras da região Centro – sul. Estas empresas foram privilegiadas com terras localizadas às margens da BR 364. E mesmo que houvesse o interesse do INCRA em fiscalizar, este por sua vez assistiu a uma ‘corrente migratória de forma desordenada’ chegar a terras rondonienses.

Diante dos Projetos implantados pela Colonização Oficial do Governo Federal houve mudanças distintas entre os migrantes do início do Século XX que eram majoritariamente uma população do Nordeste brasileiro e de quem viria ocupar as terras pertencentes à União no final do mesmo século, ou seja, migrantes de origem sulista.

Segundo Carlos Santos (2001) esse perfil do migrante alterou com o processo de ocupação e colonização da área denominada hoje pelo nome de Rondônia e ao mesmo tempo alterou o ritmo de vida da população local que vivia basicamente do extrativismo e da agricultura de subsistência.

Na década de 70 havia o predomínio dos nordestinos ou descendentes destes, haja vista que esta população era composta de antigos soldados da borracha ou então filhos desta geração de migrantes. Nos anos 80 o quadro se inverte, neste caso os sulistas são maioria, seguido por migrantes do Centro Oeste e

do Sudeste que vieram ocupar estas terras já que o Centro Sul brasileiro não suportava o fluxo de pessoas que saíam das áreas rurais rumo à cidade ou então o próprio campo vinha condicionando sua retirada sem oferecer uma reforma agrária coerente.

Já na década de 1990, a população 'rondoniense' é composta por migrantes do Sudeste, acompanhados por sulistas. Santos (2001, p.77) destaca que,

tais migrantes, principalmente os sulistas, possuíam uma tradição de campesinato, de propriedade familiar da terra, diferentemente dos nordestinos, que culturalmente, dado ao latifúndio canavieiro, na zona da mata, não tinham uma relação de propriedade com a terra.

O encontro dos migrantes com a população amazônica composta por várias culturas que compunha este espaço proporcionou a formação de um mosaico regional que se constitui de múltiplos aspectos, que valoriza:

O respeito pela diferença, as metas em comum e a salvaguarda das liberdades fundamentais são os pilares da sua perspectiva de um modelo multicultural, ainda que implique sacrificar a isenção do Estado, que tem como dever incentivar e proteger as diferenças.(ALMEIDA, 2006, p. 10)

A autora destaca ainda que o

[...] multiculturalismo pretende resistir à homogeneidade cultural e defende a oportunidade de expressar e manter aspectos distintivos da cultura minoritária, sem prejuízo na participação política, ou em aspectos sociais e econômicos. A diversidade cultural é vista como fator de enriquecimento, em que o hibridismo e a maleabilidade são elementos positivos de inovação. (Idem.)

Rondônia se 'origina' de uma composição um tanto quanto múltipla, e heterogênea resultante de deslocamentos humanos migratórios intensos nas décadas de 1970 e 1980 das diversas regiões brasileiras contribuindo para a ampliação do multiculturalismo em terras nacionais.

Este fluxo migratório, segundo dados do IBGE (1991) em relação ao padrão de sexo, a população de Rondônia é predominantemente do sexo masculino, em consequência das características de migração rural-rural ocorrida durante a década de 70, quando os migrantes correspondiam aos trabalhadores rurais de sexo masculino. Posteriormente, após o crescimento urbano, iniciou-se um processo de

migração cidade-cidade, quando a presença da mulher passou a ser significativa, em função do emprego especializado urbano.

Dados IBGE, Censo de 2000 confirmam estas informações quanto a presença feminina e masculina na Zona Rural e Zona Urbana. De um total de 671.647 mulheres no Estado de Rondônia 444.809 estavam nas cidades e 226.838 continuavam nas comunidades rurais. Da população masculina que somava 708.140 pessoas no mesmo período, 439.74 optaram pela vida nos núcleos urbanos, enquanto 268.426 permaneceram no campo. Já em 2013, os dados obtidos pelo censo indicam que Rondônia tem uma população estimada de 1.728.214 pessoas.

Muitos destes migrantes sejam homens ou mulheres já haviam percorrido outros caminhos antes de chegar a terras rondonienses. Muitos autores enfatizam esta problemática brasileira, visto que o governo não se preocupou em cuidar de seus patriotas nos estados natais. A saga dos milhares de migrantes que percorreram o Brasil foi intensa. Configurando a fala de Becker que praticamente todos realizaram mais de uma etapa migratória, em geral três. Confirmando tal dado Lima destaca:

[...] poucos eram primários (migrantes pela primeira vez); a maioria, vinda do sul, principalmente do estado do Paraná, já havia passado por São Paulo e Espírito Santo; os que chegavam de Mato Grosso também eram oriundos de outras regiões, utilizando este estado apenas como um corredor para chegar até Rondônia. (LIMA, 2001, p. 132)

Por onde passaram desempenharam diversas atividades, tais como: na agricultura como boias-frias, em cafezais e na cana-de-açúcar, em farinheiras, entre outros trabalhos em terras alheias, e mudando de ocupação de acordo com o tipo de serviço que encontrassem nestas paragens até chegarem ao Estado de Rondônia. Becker menciona tais ocupações com muita destreza “pequenos agricultores, trabalhadores rurais e pessoas engajadas em atividades variadas transformam-se em comerciantes, trabalhadores do comércio e na indústria e, em menor número, em colonos”. (BECKER, 1990, p. 149)

As estratégias para ocupação rápida do território foram utilizadas de forma não planejada e orientada no que se refere à questão ambiental. A migração para Rondônia além de atender a interesses políticos, econômicos, geográficos e demográficos trouxe também a destruição ambiental desenfreada uma vez que o próprio INCRA pressionava os agricultores a desmatar, caso contrário, perderiam o

lote adquirido. Não se levou em consideração as culturas tradicionais dos indígenas e seringueiros, ocasionando o ‘choque’ de pensamento entre os grupos envolvidos o que segundo Amaral (2001, p. 83) teria provocado “uma radical mudança das práticas sociais, econômicas e culturais da sociedade local” bem como em relação ao meio ambiente. Diante deste panorama surge o POLONOROESTE–Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil com a missão de ‘corrigir a degradação socioambiental criada nos anos 70’.

No entanto, o projeto encontrou inúmeras dificuldades financeiras, técnicas e institucionais, sendo reformulado, quatro anos após para superar os obstáculos experimentados no decorrer de sua efetivação. Porém, a devastação ambiental permaneceu, de forma que os dados da SEDAM – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental confirmam que na década de 90, Rondônia era o estado da Região Norte que mais havia devastado a parte que lhe cabia da Floresta Amazônica. E quanto à exclusão social, os NUARs- Núcleos Urbanos de Apoio Rural, serviram para ampliar este quadro dramático.

Na realidade os NUARS surgiram como uma grande “favela” – lugar onde as pessoas ficavam aguardando serviço e terra para trabalhar. Entre eles estão os municípios de Novo Horizonte D’Oeste e Castanheiras, ambos eram os NUARs - Núcleos Urbanos de Apoio Rural, distritos do município de Rolim de Moura, que foram emancipados e atualmente distribuem lotes urbanos para não ver sua população se exaurir, por não possuir estrutura para se manter e nem aos seus municípios, que veem as cidades maiores do estado como opções de emprego, por exemplo.

Tendo em vista o drama ambiental apresentado, sempre houve o pensamento de explorar tudo que estivesse ao alcance: a floresta, a fauna e demais recursos naturais; o solo pouco agricultável. No que se refere a esta questão Lima (2001, p. 133) diz que os migrantes que vieram para Rondônia “na prática, descobriram em poucos anos o embuste de que foram vítimas, por se apossarem de terras improdutivas” e impróprias para o desenvolvimento da pecuária.

Tendo conhecimento ou não desta realidade, no campo econômico, o estado de Rondônia sai do modelo extrativista tradicional adaptado à região e entra no processo de reprodução econômica trazida pelos migrantes de suas regiões e estados de origem, sem levar em consideração as sociedades que aqui se fixaram a

muito mais tempo, gerando impasses entre o agir economicamente do indígena e do seringueiro.

Segundo Amaral (2004, p. 71) estes grupos desenvolvem uma agricultura integrada à mata e o uso do extrativismo da floresta, mundo este antagônico ao dos colonos que não se interagem com a natureza e não só tentam, mas adequam suas culturas ao ambiente amazônico, pois “A sociedade local estava estruturada social, econômica e culturalmente em bases e princípios. Sendo ela desestruturada e reorganizada pelo processo de colonização”.

A isso Cevasco (2003) aponta que o significado de cultura ocorre de acordo com as transformações sociais que interagem constantemente aos momentos históricos marcados por interesses diversos e contraditórios, principalmente no que tange a agropecuária, que para Martins (2009, p. 74) “é uma atividade econômica que dispensa mão de obra e esvazia territórios”. Em síntese, a população migrante transformou este espaço em lugar, estabelecendo uma identidade.

Porém, nem todos tiveram a oportunidade de constituir-se e sentir-se proprietário já que estiveram em solo rondoniense para servir de mão-de-obra à prática do capitalismo que modernizou por meio da força Rondônia na Amazônia, promovendo o que na prática denominamos de escravidão por meio do trabalho dos boias-frias aqui denominados peões, que respondem pelo trabalho temporário nas serrarias, fazendas com a produção do café e hoje com a predominância da pecuária, deserdando até mesmo este grupo de trabalhadores, ampliando a exclusão social de milhares de homens e mulheres que fazem a reprodução de um país mal resolvido na estrutura agrária.

Um modelo que mantém também o ‘eldorado’ rondoniense no poder é o modelo agropastoril concentrado nas mãos de latifundiários, indicando que a terra deixou de cumprir seu papel social haja vista que o governo redimensionou a política governamental para a Amazônia, apoiando o POLOAMAZÔNIA e neste meio Rondônia e a sobrevivência dos pequenos agricultores assentados ou à espera de sua colocação começou a ser comprometida.

Realidade esta que justifica o caos provocado pelo processo de colonização em Rondônia, onde muitas famílias agricultoras permaneceram sem terra, ou seja, milhares de pessoas em Rondônia continuam a mercê da Reforma Agrária, sem acesso a terra. A Reforma Agrária é mascarada em Rondônia, assim como em todo

o Brasil e, por sinal, tende a percorrer um longo caminho para superar a ideologia dominante e de fato possa se concretizar.

Para Cardoso e Muller (1977, p. 122) o INCRA visava “a realização da reforma agrária no Brasil, a promoção particular e a execução da colonização oficial e do desenvolvimento no campo, através do cooperativismo e da eletrificação rural”. Isto gerou dupla interpretação dos fatos em território rondoniense que garantiu a perpetuação do domínio particular que veio aplicar o capital e a distribuição de terras aos migrantes sem terras por meio da ação do Estado, ampliando os conflitos fundiários. Isto porque milhares permaneceram excluídos da Reforma Agrária gerando inúmeros problemas dos quais o governo federal lutava para se livrar.

Neste caso segundo Ianni (1979) nos lembra que:

“A grilagem, a defesa da terra pelo posseiro, a expropriação do índio, a expansão da empresa privada de colonização, a transformação da terra em mercadoria, vários são os processos sociais que tornam Rondônia em Território – problema para o poder público. Tanto assim que o governo passa a dificultar a ida de migrantes para lá.” (IANNI, 1979, p. 139)

Diante de mais um problema para o poder público, o Estado incumbe-se da estruturação da situação fundiária que neste caso se apresenta dentro destes dois panoramas a questão ambiental e o uso das terras pelo domínio particular. De acordo com dados da SEPLAM \ INCRA \ SEDAM nos anos de 1991 e 1996 devem propor alterações que visem a criação das Unidades de Conservação Federal e Unidades de Conservação Estadual como meio de inibir o desmatamento, como apresenta o segundo quadro sobre a situação fundiária em Rondônia.

No entanto, as áreas de domínio particular disponíveis continuam iguais. Amplia-se a porcentagem de terras para áreas urbanas, promovendo a retirada de terras das populações indígenas, que perdem espaço neste processo de redistribuição de terras. As populações tradicionais, como as comunidades ribeirinhas e quilombolas sequer são mencionadas.

A zona urbana tem sua área ampliada em função das consequências da falta de uma política agrária que deveria cumprir seu papel de assegurar terra aos agricultores que vieram se auto reproduzir como produtores rurais em Rondônia, isto é, estas pessoas não receberam os investimentos necessários para se manterem na zona rural. Assim, o êxodo rural não era somente um privilégio dos grandes centros urbanos brasileiros, mas também das regiões de fronteira.

Diante do caos instalado em Rondônia o Governo Federal em suas atribuições delegou poderes aos governantes locais, transformando o Território Federal de Rondônia em Estado no dia 22 de dezembro de 1981. Em conjunto a esta nova realidade organiza-se politicamente um Estado com estilo próprio em relação aos demais estados da Região Norte do Brasil. Os migrantes que aqui consolidaram sua permanência, independente se eles eram agricultores, pecuaristas fazendeiros, comerciantes, empresários, funcionários públicos ou liberais, sempre ocuparam cargos de lideranças, e em contato com outras lideranças políticas veem conquistando espaço e poder político no executivo e legislativo estadual, bem como no legislativo federal.

Entretanto, mesmo Rondônia sendo Território Federal recebia poucos incentivos agrícolas, e ao se tornar Estado os investimentos são reduzidos. Situação esta vinculada ao campo político a nível nacional, considerando a colonização desenvolvida pelo INCRA é que se pode ter a noção do porque do termo a 'invenção de Rondônia' utilizado por Perdigão e Bassegio (1992). Sua 'criação' a caracterizou como receptora do excedente populacional resultante da concentração fundiária no Sul e Sudeste do país no período de 1960-1980.

A perpetuação desta política em Rondônia é nítida, porém, ocorre uma organização local do pensamento político regionalizado. Esta peculiaridade na política rondoniense surge em meio ao povo migrante, pessoas que participam de diversas entidades, sejam elas ligadas à vida comunitária, às associações, aos sindicatos e às cooperativas que representam agricultores, sejam do comércio, funcionários públicos entre outros seguimentos da sociedade. Sem se esquecer que estes migrantes têm poder aquisitivo que pode variar de acordo com as atividades econômicas que desempenham.

No entanto, a experiência adotada não facilitou a vida no campo para os pequenos parceiros ao privilegiar os interesses do grande capital, favoreceu a concentração fundiária. Além do acúmulo de terra e percebendo que somente os fazendeiros conseguem financiamentos, os migrantes sem subsídios agrícolas ou créditos bancários não conseguem manter-se em seus lotes, cujo solo após três anos de uso aproximadamente, perde nutrientes, aos quais já eram escassos, inviabilizando a produção.

Sem contar que, quando conseguiam, financiamentos, nem sempre o produto final das colheitas era suficiente para quitar as dívidas com os bancos e casas

agropecuárias, obrigando-os a vender seus sítios a agropecuaristas (fazendeiros), confirmando o que diz Amaral (2004, p. 58) “Verifica-se que durante esses vinte anos (sic!) de colonização em Rondônia houve uma fragmentação dos lotes, simultaneamente a um processo de reconcentração fundiária”.

O destino para muitos agricultores era continuar buscando em outras localidades, nas novas áreas de fronteira agrícola um lote onde pudessem fazer uma nova tentativa. Ocorreu também que muitos sequer fizeram esta nova busca. Optaram por voltar a terra natal. Houve, após intenso fluxo migratório, um refluxo migracional em Rondônia. O próprio Estado tem internamente migrações permanentes que vem contribuindo na fundação de inúmeros municípios. Rondônia também perdeu migrantes para os Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará. Neste aspecto as políticas públicas não se efetivaram, provocando uma mudança na dinâmica populacional de Rondônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre a política de migração e colonização na Amazônia e Rondônia, as diversas formas de se pensar esta região sob os viés político e econômico, verifica-se que estes aspectos indicam que foram pontuais os objetivos das ações governamentais com os projetos de colonização na Amazônia e os processos migratórios que tiveram a perspectiva de entender os interesses do Estado no desenvolvimento da região, bem como garantir estas fronteiras por intermédio da segurança nacional com a colonização.

Foi possível estabelecer algumas reflexões em relação aos projetos para a Amazônia bem como ao fluxo migratório de modo particular para regiões centrais do Estado de Rondônia, isto é, ao longo da BR 364 pressionando o INCRA a liberar terras interioranas, distantes do eixo da BR 364 para evitar conflitos, que seguramente surgiriam em decorrência de uma política agrária, que sem planejamento e sequer orientações dos agentes públicos envolvidos, não suportou o número de migrantes.

Isto significa que não importa o período histórico, cada um apresenta objetivos específicos quanto ao que a região amazônica num todo possa oferecer de riquezas, terras e oportunidades no que tange a exploração econômica. A

diversidade de buscas destes elementos na região sempre foi justificada pela posse do território e a garantia da segurança e soberania nacional.

Percebe-se que há interesses diversos, mas, o principal é econômico em função do ciclo em torno das riquezas que a região tem e que ao longo de sua história provocou a corrida capitalista em torno das disputas pela terra com suposto potencial de exploração, desde as drogas do sertão à produção energética pelo Complexo do Madeira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvia. *Multiculturalismo RPC 06-07*. Disponível em [Http://www.pt.scribd.com/doc/525969](http://www.pt.scribd.com/doc/525969). Acesso em 14 de Fevereiro de 2014.
- AMARAL, Januário; SILVA; NASCIMENTO, Maria das Graças & SOUZA, Mariluce Paes (Orgs). *Pesquisa na Amazônia: Intervenção para o desenvolvimento*. Porto Velho: EDUFRO, 2001.
- _____. *Mata Virgem – Terra Prostituta*. Porto Velho: ABG Gráfica, 2004.
- _____. *Latifúndios do INCRA*. Porto Velho: EDUFRO, 2007.
- BASSEGIO, Luiz. *Migração em Rondônia*. Disponível em: [Http://www.alainet.org/active](http://www.alainet.org/active). Acesso em 14 de Fevereiro de 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BECKER, Berta K. ; MIRANDA, Mariana & MACHADO, Lia O. *FRONTEIRA AMAZÔNICA. Questões Sobre a Gestão do Território*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1990.
- _____, Bertha K. *Amazônia*. Série Princípios. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- BRASIL. *IBGE*, 1991.
- _____, *IBGE*, 2000.
- _____, *IBGE*, 2013.
- CARDOSO, Fernando H. & MULLER, G. *AMAZÔNIA: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

- GODIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.
- HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DO&A, 2002.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura. O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- LIMA, Teófilo L. de. *Do Monte Nebo a Jaru – Um passado a ser conhecido*. Canoas – RS: Ed. da ULBRA, 2001.
- MARTINS, Dora & Sônia Vanalli. *Migrantes*. São Paulo: Geografia Contexto, 1994.
- ORTIZ, Renato José P. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- PERDIGÃO, Francinete & BASSEGIO, Luiz. *Migrantes Amazônicos Rondônia: A Trajetória da Ilusão*. São Paulo, Atual, 1992.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro, A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANTOS, Carlos. *A Fronteira do Guaporé*. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

NOTAS

ⁱMestranda em História e Estudos Culturais – UNIR – Porto Velho - RO. Professora da SEDUC-RO.Email cidaselhorst@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Professora Doutora do Departamento de Letras - UNIR – Porto Velho – RO. odetebur@gmail.com.